

ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COSTA NORTE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		12 820,88	8 760,79
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		12 820,88	8 760,79
Outros rendimentos		399 027,50	302 452,81
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-358 119,94	-292 784,91
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		-691,93	-229,63
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		53 036,51	18 199,06
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
Resultados antes de impostos		53 036,51	18 199,06
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		53 036,51	18 199,06

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

A Direcção

João Luís Medeiros Gaspar

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Rego de Gouveia

Ana Isabel Rego de Gouveia

**ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO
COSTA NORTE**
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2019

(Montantes expressos em euros)

		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
			Fundos	Excedentes técnicos	reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período 2019	1	12.2				234 044,09	0,00	0,00	131 534,99	-33 957,43	0,00	0,00	331 621,65
Alterações no período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:													
		12.2				-33 957,43				33 957,43			
	2		-	-	0,00	200 086,66	0,00	0,00	131 534,99	0,00	0,00	0,00	331 621,65
Resultado líquido do período	3	12.2								18 199,08			18 199,08
Resultado extensivo	4=2+3										0,00		349 820,73
Operações com Instituidores no período													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	5		+	+	0,00	0,00	0,00	0,00	66 621,52	0,00	0,00	0,00	66 621,52
Posição no fim do período 2019	6=1+2+3+5	12.2	-	-	0,00	200 086,66	0,00	0,00	198 156,51	18 199,08	0,00	0,00	416 442,23

A Direcção

José Luís Ribeiro Dias

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Rego de Oliveira
Ana Isabel Rego de Oliveira

X

**ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO
COSTA NORTE**
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2020

(Montantes expressos em euros)

		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
			Fundos	Excedentes técnicos	reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do período 2020	6	12.2				200 086,66			198 156,51	18 199,06		416 442,23
Alterações no período:												-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												-
Alterações de políticas contabilísticas												-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												-
Ajustamentos por impostos diferidos												-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:												-
		12.2				18 199,06				-18 199,06		-
	7		-	-	0,00	218 285,72	0,00	0,00	198 156,51	0,00	0,00	416 442,23
Resultado líquido do período	8	12.2								587 204,41		587 204,41
Resultado extensivo	9=7+8										0,00	1 003 646,64
Operações com instituidores no período												-
Fundos												-
Subsídios, doações e legados												-
Distribuições												-
Outras operações												-
	10		-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 768,72	0,00	0,00	-9 768,72
Posição no fim do período 2020	6+7+8+10	12.2	-	-	0,00	218 285,72	0,00	0,00	188 387,79	587 204,41	0,00	993 877,92

A Direcção

José Luís Santos Gaspar

Roberto Costa

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Rego de Gouveia

Ana Isabel Rego de Gouveia

ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA COSTA NORTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	14 105,92	10 978,67
Pagamentos de subsídios	377 454,61	105 989,61
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores		
Pagamentos ao pessoal	-128 458,96	-144 653,39
Caixa gerada pelas operações	263 101,57	-27 685,11
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	44,65	-24,95
Outros recebimentos / pagamentos	-189 292,29	-23 057,03
Fluxos das actividades operacionais [1]	73 853,93	-50 767,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-72 027,33	-29 587,33
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	29,76	208,34
Dividendos	29,76	208,34
Fluxos das actividades de investimento [2]	-71 997,57	-29 378,99
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	26 483,50	421,00
Outras operações de financiamento	26 483,50	421,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	26 483,50	421,00
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	28 339,86	-79 725,08
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	132 598,16	212 323,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	160 938,02	132 598,16

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

A Direcção
José Luis Medeiros Gaspar
Responsible

O Contabilista Certificado
Ana Isabel Rego de Gouveia
Ana Isabel Rego de Gouveia

ADENORMA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA COSTA NORTE

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Adenorma - Associação de Desenvolvimento Costa Norte, cujo número de identificação de pessoa coletiva é o 511 067 453, é uma associação de solidariedade social sem fins lucrativos, foi constituída em 01 de julho de 1994 e tem a sua sede social em vila de S. Vicente, Portugal. A Associação tem como objecto principal prossecução de fins de natureza humanitária, cultural, educativa e científica, com vista à contribuição para a valorização do ser humano e ao combate à exclusão social, bem como a valorização e a conservação do património e da base do potencial endógeno da zona Norte da Região Autónoma da Madeira, com vista a contribuir para a melhoria do nível económico e sócio – cultural das populações da respectiva área de atuação, praticando todas as acções que se mostrem necessárias à realização do seu objecto.

A Direcção entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, alterando o DL n.º 158/2009, de 13 de julho, no sentido de passar a incorporar as disposições relativas às Entidades do Sector Não Lucrativo, até então constantes no DL n.º 36-A/2011, de 9 de março;
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Republicação do código de contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Alteração dos modelos de Demonstrações Financeiras).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Homologação de uma nova estrutura conceptual);

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Homologação de uma nova norma contabilística de relato financeiro);

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades Sector não Lucrativo.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a Edifícios e outras construções, Equipamento básico, Equipamento de transporte, Equipamento Administrativo e Outros Activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	10 e 4
Equipamento de transporte	10 e 4
Equipamento administrativo	8 e 3
Outros activos tangíveis	8 e 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida

de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Associação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Ativos e passivos financeiros

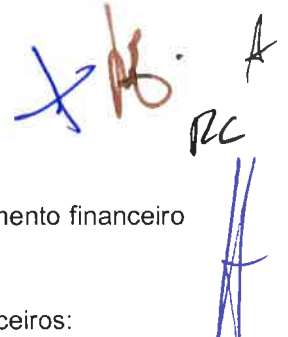
Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e

- 
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
 - Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de depósitos bancários a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Associação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Associação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.6 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.7 Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Como Instituição de Utilidade Pública, a Associação beneficia da Isenção de Imposto de rendimento de pessoas coletivas (IRC).

3.8 Especialização dos exercícios

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos.

3.9 Subsídios a Exploração

Os Subsídios a exploração são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 Subsídios ao investimento

O reconhecimento em rendimento da atribuição de subsídios ao investimento é efectuado na proporção da depreciação, dos bens subsidiados.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 POLÍTICAS CONTABILISTÍCAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTÍCAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade. Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		2018						
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
		Total						
Ativos	Saldo inicial	-	202 236,34	140 361,37	112 229,99	28 951,42	4 179,72	128 889,47
	Aquisições	-	-	69 624,38	-	-	-	-
	Saldo final	-	202 236,34	209 985,75	112 229,99	28 951,42	4 179,72	128 889,47
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
	Saldo inicial	-	43 374,49	129 820,15	76 470,37	28 876,42	4 179,72	-
	Depreciações do exercício	-	4 144,06	5 465,89	15 418,33	50,00	-	-
	Saldo final	-	47 518,55	135 286,04	91 888,70	28 926,42	4 179,72	-
Ativos líquidos		-	154 717,79	74 699,71	20 341,29	25	-	128 889,47

		2019						
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
		Total						
Ativos	Saldo inicial	-	202 236,34	140 112,37	82 642,66	27 541,48	4 179,72	128 889,47
	Aquisições	-	-	249,00	29 587,33	1 409,94	-	-
	Saldo final	-	202 236,34	140 361,37	112 229,99	28 951,42	4 179,72	128 889,47
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
	Saldo inicial	-	39 230,43	123 818,76	66 599,66	27 416,48	4 179,72	-
	Depreciações do exercício	-	4 144,06	6 001,39	9 870,71	1 459,94	-	-
	Saldo final	-	43 374,49	129 820,15	76 470,37	28 876,42	4 179,72	-
Ativos líquidos		-	158 861,85	10 541,22	35 759,62	75,00	-	128 889,47

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com método da linha reta, durante as vidas úteis estimadas:

As depreciações do exercício, no montante de 25.078,28€ em 2020 (21.476,10€ em 2019), foram registadas nas seguintes rubricas:

- Gastos de depreciação e amortização – 25.078,28€ (21.476,10€ em 2019) (Nota 12.1).

A rubrica de ativos fixos em curso refere-se ao prédio "Solar da Silveira", na sua totalidade.

6 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, foi o seguinte:

2020					
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	-	5 104,50	-	3 854,71	8 959,21
Aquisição	-	-	-	-	-
Saldo final	-	5 104,50	-	3 854,71	8 959,21
Depericiações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	1 701,33	-	-	1 701,33
Depericiações do exercício	-	1 701,50	-	-	1 701,50
Saldo final	-	3 402,83	-	-	3 402,83
Ativos líquidos	-	1 701,67	-	3 854,71	5 556,38

2019					
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	-	-	-	3 854,71	3 854,71
Aquisição	-	5 104,50	-	-	5 104,50
Saldo final	-	5 104,50	-	3 854,71	8 959,21
Depericiações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Depericiações do exercício	-	1 701,33	-	-	1 701,33
Saldo final	-	1 701,33	-	-	1 701,33
Ativos líquidos	-	3 403,17	-	3 854,71	7 257,88

A rubrica outros ativos intangíveis diz respeito ao Prédio denominado "Solar da Silveira".

7 RENDIMENTOS E GASTOS

7.1 – Rendimentos:

Rédito

O rédito reconhecido pela Associação em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Prestação de serviços	12 820,88	8 760,79
	<u>12 820,88</u>	<u>8 760,79</u>

O rédito reconhecido no exercício compreende as prestações de serviços relativas:

- Serviços da rádio – 7.045,34€
- Serviços do projeto Rosário – 1.521,35€
- Serviços do projeto 3ª Lombada da Ponta Delgada – 2.244,50€
- Serviços do Inovação Social Criativa –2.009,69€

Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de “outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Outros Rendimentos		
Outros		
Correções relativas a anos anteriores	21,47	400,00
Imputação Subsídios	21 226,85	16 374,86
Outros não especificados	28,63	91,68
Juros obtidos de depósitos	29,76	208,34
	<u>21 306,71</u>	<u>17 074,88</u>

7.2 – Gastos:

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Trabalhos especializados	14.828,98	10.236,12
Publicidade e propaganda	9,15	-
Vigilância e Segurança	36,60	36,60
Honorários	17.644,80	18.691,00
Conservação e reparação	1.214,34	1.819,67
Serviços bancários	416,38	119,11
Ferramentas e Utensílios	1.139,42	245,55
Material de escritório	2.059,68	283,22
Artigos para Oferta	295,92	61,08
Outros Materiais	1.782,15	-
Electricidade	1.908,23	1.844,80
Combustíveis	2.353,98	3.837,10
Outros energia e fluidos	-	148,16
Deslocações e estadas	205,00	696,00
Renda	3.100,00	3.600,00
Comunicação	4.969,21	4.964,21
Seguros	1.017,03	774,67
Contencioso e notariado	-	19,00
Limpeza higiene e conforto	624,55	5,54
Outros fornecimentos e serviços	96.132,84	6.996,64
	<u>149.738,26</u>	<u>54.378,47</u>

Na rubrica "outros fornecimentos e serviços externos" encontram-se registadas as despesas pagas no âmbito do Programa de Emergência Alimentar na RAM (PEA RAM) o montante de 1.660,00€, as despesas pagas no âmbito do Projeto Semear Saúde e Colher Sorrisos no montante de 1.336,96€, e as despesas pagas no âmbito do Projeto "Fundo Emergência para Apoio Social " no montante de 90.711,06€.

Outros gastos

A decomposição da rubrica de "outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Impostos	201,64	201,20
Outros		
Correcções relativas anos anteriores	487,38	-
Donativos	-	20,00
Outros não especificados	2,91	8,43
	<u>691,93</u>	<u>229,63</u>

8 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 a Associação beneficiou dos seguintes subsídios da Administração Regional e Local:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:				
Camara Municipal S. Vicente	105 600,00	105 600,00	-	105 600,00
Centro Seg. social da Madeira	233 344,93	128 169,06	109 038,00	131 664,85
Contrato Programa da Radio	23 500,00	23 500,00	-	23 500,00
Apoio Governo RAM Covid-19	92,67	92,67	-	92,67
Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania	121 297,00	121 297,00	-	97 199,29
Centro Social EP	290,41	290,41	-	290,41
CGD - Pomar Solidário	32 000,00	20 463,50	-	12 016,52
Donativos	1 541,71	1 541,71	-	7 356,96
	<u>517 666,72</u>	<u>400 954,35</u>	<u>109 038,00</u>	<u>377 720,70</u>







	2020
Estado e outros entes públicos	
Camara Municipal de São Vicente	105 600,00
Centro Seg. Social da Madeira	
Apoio atípico projeto Rosário	46 690,52
Apoio atípico projeto Rosário (BAT)	40 378,01
Apoio atípico projeto Lombada	42 936,32
Acordo de cooperação Plano ajuda alimentar	1 660,00
Contrato Programa da Rádio	23 500,00
Apoio Governo RAM Covid-19	92,67
Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania	97 199,29
Centro Social EP	290,41
Outras entidades	
Projeto Semear Saúde	1 336,96
Projeto Pomar Solidário	12 016,52
Outras Entidades	4 040,00
BIP Rural	1 980,00
	<u>377 720,70</u>

No ano 2019, foi celebrado Acordo Atípico – n.º 7/2020 com a Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais da Madeira, com a finalidade de financiar o Banco Ajudas Técnicas, no valor de 117.659,90€.

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias de Investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido na rubrica "investimentos financeiros", foi o seguinte:

2020		
	Custo	Total
Investimento Financeiro		
Outros Investimentos financeiros		
Depósito Bancário	58 550,00	58 550,00
Fundos	1 516,04	1 516,04
Ativos líquidos	<u>60 066,04</u>	<u>60 066,04</u>
2019		
	Custo	Total
Investimento Financeiro		
Outros Investimentos financeiros		
Depósito Bancário	58 550,00	58 550,00
Fundos	1 867,26	1 867,26
Ativos líquidos	<u>60 417,26</u>	<u>60 417,26</u>

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2020			2019		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
		acumuladas	líquida		acumuladas	líquida
Disponibilidades:						
Caixa	500,94	-	500,94	593,57	-	593,57
Depositos bancários	160 437,08	-	160 437,08	132 004,59	-	132 004,59
	<u>160 938,02</u>	<u>-</u>	<u>160 938,02</u>	<u>132 598,16</u>	<u>-</u>	<u>132 598,16</u>

Créditos a receber e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as contas a receber da Associação apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Créditos a receber :		
Clientes :		
Secretaria Regional da Educação	-	2 374,08
Outros clientes	2 211,25	1 470,51
	<u>2 211,25</u>	<u>3 844,59</u>
Outros ativos correntes:		
Outros	200 672,91	5 974,62
	<u>200 672,91</u>	<u>5 974,62</u>

Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros Ac. Trabalho	365,72	384,34
Seguros Automovel	632,12	623,92
	<u>997,84</u>	<u>1 008,26</u>

Categorias de passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Outros passivos correntes		
Outras contas a pagar	72 467,43	59 626,52
	<u>72 467,43</u>	<u>59 626,52</u>

	2020	2019
Outras contas a pagar		
Fornecedores Investimento:		
Coolmática, Informática e Serviços, Lda.	-	709,95
Ernesto Romão de Freitas	34 915,85	34 915,85
	<u>34 915,85</u>	<u>35 625,80</u>
Acrescimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	11 878,55	12 816,51
Electricidade	157,86	176,83
Comunicação	438,57	140,88
Outros acrescimos	2 375,36	5 626,44
	<u>14 850,34</u>	<u>18 760,66</u>
Outros:		
Audiram	214,72	-
Pessoal	-	3 555,07
Outros Credores		
MEO	96,75	93,78
EEM	219,53	181,68
Andrade & Filhos, Lda.	562,10	193,80
Alfa Centauro	1,00	1,00
José Gomes Mendonça	300,00	300,00
Tristão Henrique	2 827,15	221,00
Acin Academia Inf., Lda.	30,50	30,50
Marcia Sonia Freitas	-	-
Nuno Paulo Ferrreira	360,00	60,00
Caldeira Domingos Unipessoal, Lda.	-	121,11
LSF - Supermercados Unipessoal, Lda	320,00	160,00
Natividades Rosas e Gonçalves, Lda.	1 026,02	-
Outros	323,52	322,12
Outros	<u>16 419,95</u>	<u>-</u>
	<u>22 701,24</u>	<u>5 240,06</u>
	<u>72 467,43</u>	<u>59 626,52</u>

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Retenção na Fonte	7,44	-	52,09	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	592,25	-	767,00
Imposto sobre o valor acrescentado	981,99	-	623,60	-
Contribuições para a Segurança Social	-	929,50	-	1 624,29
Fundo de Garantia de Compensação	-	22,61	-	77,60
	<u>989,43</u>	<u>1 544,36</u>	<u>675,69</u>	<u>2 468,89</u>

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimentos a reconhecer		
Receitas evento 2012 (Claude Bolling & Friends)	63.221,53	63.221,53
Receitas evento 2013 (espetaculo fado solidário)	42.654,19	42.654,19
Receitas evento 2014 (espetaculo fado solidário)	7.809,15	7.809,15
Semear Saude	4.432,02	5.768,98
Plano de Emergencia Alimentar	700,00	2.301,81
Segurança Social Acordo N.º 6/2019	24.106,02	153.918,72
Projecto Pomar Solidário	19.873,90	31.890,42
Segurança Social Acordo N.º 7/2020	109.038,00	-
Fundo Emergencia Apoio Social	4.139,67	-
Social Ajuda +	608,84	-
	<u>276.583,32</u>	<u>307.564,80</u>

Handwritten notes and signatures:
A
Re
[Signature]

10 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Remunerações do pessoal	147 315,80	173 760,03
Encargos sobre remunerações	32 771,71	39 583,31
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1 514,30	1 525,67
Outros	-	360,00
	<u>181 601,81</u>	<u>215 229,01</u>

Durante o exercício de 2019, o número médio de pessoal foi de 12.

11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes do Covid-19.

Pelo que à data de hoje, a Associação não tem informação disponível para proceder à sua eventual quantificação, mas que necessariamente afetarão negativamente as expetativas futuras mas permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua atividade, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

12 OUTRAS DIVULGAÇÕES

12.1 Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	25.078,28	21.476,10
Ativos fixos intangíveis (Nota 6)	1.701,50	1.701,33
	<u>26.779,78</u>	<u>23.177,43</u>

12.2 Instrumentos de fundo patrimonial

O movimento ocorrido no fundo patrimonial é como se segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	-	-	-	-
Resultados Transitados	200 086,66	18 199,06	-	218 285,72
Outras Variações Patrimoniais	198 156,51	19 349,20	29 117,92	188 387,79
Resultado Líquido Exercício	18 199,06	53 036,51	18 199,06	53 036,51
Total	<u>331 869,73</u>	<u>18 199,06</u>	<u>47 316,98</u>	<u>459 710,02</u>

A Direcção

José Luis Medeiros Gaspar

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Rego de Gouveia

Aos 27 dias do mês de março de 2021, reuniram pelas 11 horas em Assembleia Geral ordinária regularmente convocada de acordo com os estatutos desta instituição, os sócios da ADENORMA – Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira – IPSS, no Gabinete de Apoio ao Idoso, ao Sítio das Feiteiras, Estrada das Ginjas nº1 em São Vicente. O Presidente Gabriel Paulo Drumond Esmeraldo justificou a impossibilidade de estar presente na reunião.

Estavam presentes os sócios referenciados em seguida: Robert Miguel Andrade Castro, Edegar Valter Castro Correia, João Caldeira Jesus, Alfredo Brandão Medeiros, Manuel Serrão, Jerónimo Filipe Sousa Pereira, João Duarte Mendes, José António Mendonça, Christian Joel Pereira da Silva e José Luís Medeiros Gaspar, todos em pleno gozo dos seus direitos.

Na ausência da maioria absoluta dos associados efetivos à hora marcada na convocatória, a Assembleia teve início trinta minutos depois com os presentes, já anteriormente enumerados.

Constatada a ausência dos membros da mesa foi colocada à votação, por voto secreto, a eleição dos sócios Alfredo Brandão Medeiros para presidir, Manuel Serrão para vice presidente e Jerónimo Filipe Sousa Pereira para secretariar. Feita a votação esta obteve 10 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Preenchida a mesa, o senhor Presidente deu seguimento à reunião abrindo o ponto um da ordem de trabalhos, *Análise do relatório e contas de 2020 e do parecer do Conselho Fiscal* dado a palavra ao Presidente da Direção.

Este começou por recordar que as contas estiveram disponíveis nas instalações do GAI para consulta dos associados desde o dia da publicação da convocatória. Informou que no entanto, depois de ter sido feita a convocatória desta reunião, o facto de existir um programa que a Adenorma implementou, que teria de ser refletindo nas contas da instituição, mas num modo diferente daquele que inicialmente havia sido o considerado, a direção entendeu deverem ser revistas as contas, de modo a serem afinados os procedimentos a incluir e excluir das contas da instituição. Isto porque os lançamentos considerados e que resultaram de aplicação do programa mas para além do valor base do protocolo, deveriam ter uma nova forma de valoração. Posto isto, não tendo querido a direção sugerir a não realização desta reunião para já, propunha dois procedimentos: apresentar todo o trabalho feito e o relatório de gestão, que em nada seria alterado e sugerir, que após as diversas intervenções, a reunião de assembleia geral fosse adiada até reunirem as novas orientações de valoração a considerar. Recordou que foi alterada a data limite para a provação e apresentação de contas, o que não fará com que a Adenorma entre em incumprimento dos prazos.

Colocado à consideração dos associados, pelo presidente da mesa, estes concordaram pelo que foi feita a apresentação do ano de trabalho pelo Presidente da direção. Deu conta do estado de funcionamento dos diferentes projetos da ADENORMA. Em particular referiu o modo extremamente positivo como decorreu a implementação do FEAS, pese embora a exigência em termos de processos, avaliação e lançamentos financeiros e transferências.

Não tendo existido questões, o Presidente da mesa colocou à votação a proposta de suspender a reunião, e de esta ser retomada a 29 de junho de 2021, pelas 18:30h. Colocado à votação foi aprovada por unanimidade, com 10 votos a favor.

Suspenderam-se os trabalhos.

Em 29 de junho de 2021, pelas 18:30h foram retomados os trabalhos da Assembleia Geral. Estiveram presentes os seguintes associados nesta continuação: Gabriel Paulo Drumond Esmeraldo, Sandra Cristina da Silva andrade, Robert Miguel Andrade Castro, Edegar Valter Castro Correia, Jerónimo Filipe Sousa Pereira, José António Mendonça, Christian Joel Pereira da Silva e José Luís Medeiros Gaspar.

O Presidente da mesa e a vice presidente assumiram funções tendo sido votado o preenchimento da vaga existente, sendo eleito, com aprovação por unanimidade o sócio Jerónimo Filipe Sousa Pereira.

O Presidente deu a palavra ao Presidente da direção tendo este apresentado resumidamente as contas e dando conta de que o resultado do exercício de 2020 foi positivo. Em seguida recordou o relatório de gestão e o essencial do seu conteúdo, que já havia sido apresentado em março.

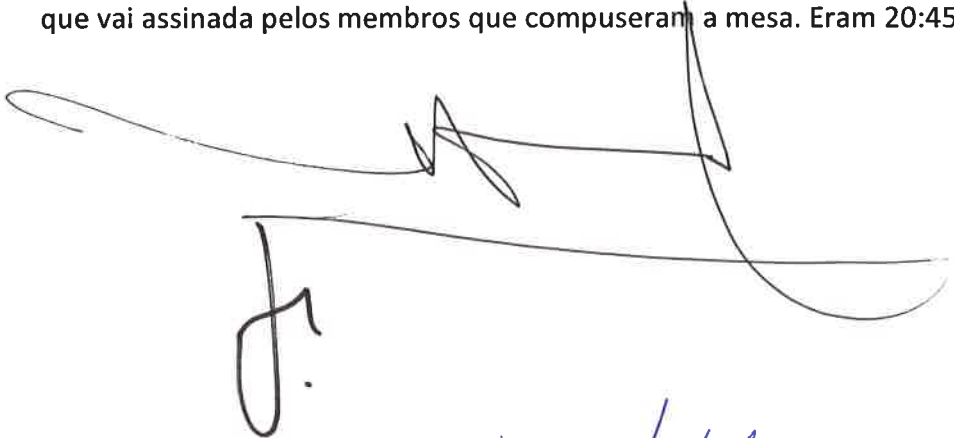
Dada a palavra aos associados, estes não apresentaram questões sobre o exposto.

Foi colocado pelo Presidente da mesa à votação o relatório de gestão de 2020. Este foi aprovado por unanimidade, com 9 votos a favor.

Foram colocadas pelo Presidente da mesa à votação as contas de 2020. Estas foram aprovadas por unanimidade, com 9 votos a favor.

Aberto o terceiro ponto da ordem de trabalhos *outros assuntos que os presentes desejem suscitar* não existiram intervenções.

Não existindo mais nenhuma matéria a ser tratada, o Presidente da Assembleia Geral Gabriel Paulo Drumond Esmeraldo deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou esta ata que vai assinada pelos membros que compuseram a mesa. Eram 20:45 horas.



J. L. Medeiros Gaspar